

## **São as políticas públicas efetivamente políticas “sociais”?**

*Paulo da Trindade Nerys Silva\**

### **Resumo Abstract**

As políticas públicas sociais, entendidas como a intervenção do Estado na formulação e implementação dos padrões de proteção social dos trabalhadores e da população como um todo, vêm sendo desconstruída em favor de um movimento privatista alimentado pela doutrina neoliberal, em que as conquistas sociais são desmontadas para dar conta das exigências do mercado que se impõem como valor sagrado e força absoluta. De acordo com o meu *ponto de vista* e apoiado em algumas evidências quotidianas nacionais e internacionais, além do olhar dos estudo-

The social public policies, understood as the government's intervention in the formulation and implementation of the patterns of social protection of workers and of the population as a whole, are being dismantled in favour of a privatizing movement encouraged by the neoliberal doctrine, where the social achievements are dismantled to overcome the demands of the market, which imposes itself as a sacred value and absolute force. Based on *my point of view* and supported by some national and international everyday evidences, and also by the experts' point of view, I argue

---

\* Professor do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Maranhão. Membro do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Física – LEPEF. Aluno do curso de Doutorado da Faculdade de Educação – Unicamp. Laboratório de Observação e Estudos Descritivos – LOED. Bolsista PICD/CAPES.

sos, argumento que as atuais políticas públicas implantadas, tanto nos países de capitalismo avançado como nos países de capitalismo periférico, por estarem ancoradas na concepção neoliberal, *não são efetivamente políticas sociais.*

As políticas públicas do Estado do bem-estar social são resultado da luta dos trabalhadores por direitos sociais, intensificado no segundo pós-guerra mundial, nos países de capitalismo avançado. Nessa perspectiva, o Estado passa a ter papel crescente na regulamentação do trabalho assalariado, atuando mais diretamente na formulação e implementação dos padrões de proteção social do trabalhador. O Estado assume responsabilidade pelo bem-estar dos cidadãos, em áreas como: previdência social, saúde, habitação, assistência à criança, transporte, emprego e educação. Assim, o conceito de política pública social compreende as intervenções do Estado voltadas ao atendimento da população como um todo, não apenas a uma classe ou grupo social.

O movimento privatista, alimentado, pela doutrina neoliberal, vai cristalizando um mundo globalizado, onde o *social* deixa de con-

that the public policies introduced nowadays in the advanced capitalistic countries and also in the peripheral ones, for being anchored in the conception of neoliberalism, *are not effectively social policies.*

tar, e as exigências do mercado se impõem como valor sagrado e força absoluta. Posto isso, o meu argumento é de que as atuais políticas públicas implantadas, tanto nos países de capitalismo avançado como nos países de capitalismo periférico, por estarem ancoradas na concepção neoliberal, *não são efetivamente políticas sociais.*

A era do neoliberalismo tem sido marcada, em todo o mundo, pela deterioração das condições de emprego e do mercado de trabalho e pela redefinição de intervenção do Estado na área social. Esta redefinição está articulada a um conjunto de proposições: redução da intervenção do Estado na oferta de bens e serviços de natureza social; a oferta pública deveria assumir a qualificação simplificada e baixo custo, para assegurar maior abrangência e maior eficiência na relação custo/benefício; transferência de recursos

públicos para promover a modernização tecnológica e a modernização de métodos de trabalho; fusões de bancos e empresas privadas; terceirização; flexibilização/desregulamentação dos direitos trabalhistas; abertura da economia ao comércio internacional; estímulo à privatização de serviços públicos de assistência médica e previdência social, setor elétrico e telecomunicações, dentre outras.

Conforme o aporte neoliberal adotado pelos organismos que assessoram o capital como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD), tais medidas indicam o caminho que conduz à competitividade, à produtividade e à qualidade do setor industrial, inserindo-se nas economias latino-americanas e na nova divisão internacional do trabalho.

Nos países de capitalismo avançado, tanto nos Estados Unidos, onde o mercado de trabalho é essencialmente regulado, como nos países da Comunidade Européia, em que existem sindicatos fortes, mecanismos de proteção do emprego e esquemas de prestações sociais generosas, a situação tem-se complicado a partir dos anos oitenta. Os ajustes introduzidos em alguns países – que vão desde a redução dos salários, diminuição dos

custos não salariais derivados de contribuições e impostos, até a atenuação de alguns mecanismos de proteção do emprego e a descentralização<sup>1</sup> das estruturas de negociação – tiveram impactos insignificantes, quando não negativos, sobre o emprego e a melhoria das condições de trabalho (OIT, 1995).

Em nome do *progresso*, há um crescimento econômico perverso, que produz bens e serviços sofisticados para poucos consumidores, com cada vez menos trabalho. A esse respeito, *Martin e Shumann* (1996) relatam que, em fins de 1995, numa reunião a portas fechadas e coordenada por Gorbachev, realizada em San Francisco, Califórnia, 500 representantes da elite mundial, dentre eles autoridades como George Bush, George Shultz, Margareth Thatcher e altos empresários, debateram as perspectivas do mundo para o século 21. Concluiu-se que bastará 20% da força de trabalho para fazer girar a roda da economia. Os restantes 80% deverão contentar-se com o desemprego.

De acordo com os dados do relatório sobre Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o *crescimento sem emprego* está se tornando o padrão dominante na

política econômica internacional. No mundo *em desenvolvimento*, a demanda não atendida por empregos é estimada em mais de 1 bilhão. A situação é ainda mais precária no *setor informal*. Dos 35 milhões de desempregados nos países desenvolvidos, mais de 25% têm estado afastados do mercado de trabalho por mais de dois anos. Segundo a OIT, no início dos anos 90, um terço de todos os empregos na América Latina são encontrados no setor informal, e na África essa proporção chega a 60%.

Há indícios de desestabilização do Welfare State<sup>2</sup> da Inglaterra e Estados Unidos, mentores das primeiras manifestações dessa nova fase de acumulação do capital. Na Inglaterra, levantamentos recentes indicam que 30% da população ativa foi expulsa do mundo do trabalho, outro tanto sobrevive com empregos precários e apenas 40% continuam com empregos seguros, ou seja, registrados. Em vista disso, o governo trabalhista divulga proposta de ampla reforma no sistema de concessão de benefícios sociais dos últimos 50 anos. Dentre os princípios, destaca-se a intenção do Estado em ajudar só os mais necessitados; os contribuintes desempregados devem ser incentivados a procurar trabalho ao invés de contar com a ajuda do Estado.<sup>3</sup>

Nos Estados Unidos, tudo o que foi feito – desde o *Social Security Act*, de 1935, base do Estado de bem-estar iniciado pelo *New Deal* de Franklin Roosevelt e levado às culminâncias pela *Great Society* de Lyndon Johnson,<sup>4</sup> está sendo modificado ou repellido no governo Clinton.

A lógica do mercado transcende a atualidade política dos países de capitalismo avançado e afeta não só as sociedades industrializadas, mas países como o Brasil, onde somos também confrontados com a questão da sustentabilidade e limites da seguridade social.

Não obstante o padrão de intervenção do Estado nas áreas sociais, em busca do Estado do Bem-estar Social, longe de alcançar as dimensões encontradas e de atingir as áreas cobertas nos países de capitalismo avançado, o Brasil caracteriza-se pela incapacidade de compensar os efeitos do modelo econômico adotado.

A atual *política de estabilização* tende a aumentar muito o crescimento do desemprego estrutural provocado por uma abertura descontrolada da economia que gera substituição de produção nacional por importações, acompanhada de uma *modernização conservadora* e

desequilibrada, situação que deve piorar ao longo dos próximos anos. O desemprego diz respeito ao trabalho assalariado em geral, com ou sem carteira, e é acompanhado pelo aumento de uma multidão de trabalhadores *por conta própria*, que as estatísticas oficiais insistem em considerar empregados, permitindo a ilusão de sermos apresentados como um dos países de menor taxa de desemprego do mundo. As tendências à desarticulação acelerada da economia e da organização do trabalho são amplificadas por medidas que integram o receituário neoliberal, como a pseudo-reforma administrativa do Estado e a anunciada *desregulação* do mercado de trabalho, que aumentarão ainda mais o desemprego e/ou a precariedade das relações de trabalho.

Essa estratégia faz parte de um processo geral de *desmonte* do setor público, com efeitos diretos sobre empregos e serviços essenciais. Este quadro deverá se agravar, tanto com a reforma administrativa proposta pelo Governo, cuja preocupação central parece ser a liquidação da estabilidade dos funcionários, quanto com a intensificação do programa de privatizações. O Funcionalismo ativo está diminuindo com o aumento das aposentadorias, este último estimulado pela ameaça de

cancelamento de direitos e conquistas que o discurso oficial insiste em confundir com algumas situações particulares de pequenos grupos privilegiados dentro do quadro de funcionários. As infra-estruturas de prestação de serviços básicos, principalmente na área social, são crescentemente degradadas, comprometendo a capacidade de atendimento à população, em particular aos setores mais necessitados.

Tomando como exemplo o que está acontecendo no ensino superior, verifica-se a desconstrução desse sistema através do êxodo de seus melhores quadros que se dá, tanto pelas aposentadorias pressionadas pela reforma da previdência, quanto pela migração para a iniciativa privada, escapando da asfixia financeira a que estão sendo submetidos. O corte de bolsas de pesquisa é um estímulo a menos para a atividade universitária. Soma-se a isso a possibilidade de desmonte do sistema de pesquisa e pós-graduação, o qual custou décadas para ser erigido e do qual depende parte importante da capacidade nacional de fazer ciência e tecnologia. A pesquisa, a formação de pós-graduados de alto nível e a construção de uma base civilizatória exigem fortes investimentos de longuíssima duração. Com certeza, não são essas as pri-

oridades das instituições privadas de ensino superior, mesmo as mais qualificadas (a não ser que o Estado banque as pesquisas que não lhe tragam retorno financeiro) pois visam antes de mais nada o lucro.

No que diz respeito ao setor privado, segundo a óptica neoliberal, os fatores determinantes da situação do emprego seriam a regulação do mercado de trabalho – que introduziria elementos de rigidez nas relações capital/trabalho e elevaria os custos não-salariais da mão de obra – e o nível de qualificação da força de trabalho, que seria responsável tanto pela sua baixa produtividade quanto pela sua menor remuneração. Em conseqüência, o eixo das políticas propostas é a redução do custo da mão-de-obra, tanto diretamente como através da *liberalização* do mercado de trabalho e do debilitamento da capacidade de atuação das organizações sindicais, que repercutiriam positivamente sobre o crescimento do emprego. O suposto implícito é que com menores níveis de salários e de contribuições sociais e num contexto de liberdade irrestrita de contratação, aumentar-se-ia o emprego, independentemente dos componentes da demanda efetiva e da estrutura de produção e ocupação existente.

A exemplo de outros países, o Brasil procura saídas para criar novos postos de trabalho e evitar uma crise social. Na busca por novos empregos, as propostas têm variado da mudança da legislação trabalhista à redução na jornada de trabalho e até mesmo os contratos temporários de trabalho.

A reduzida valorização das políticas sociais no âmbito das políticas de governo determina que seja alocado um montante de recursos muito reduzido em face do que é destinado aos demais setores. São penalizadas particularmente, nesse caso, as áreas que dependem de recursos fiscais, como a educação, tendo havido maiores avanços da intervenção estatal naqueles serviços baseados na contribuição financeira dos próprios assalariados, como no sistema de proteção social ao trabalhador, segundo dados apresentados no Seminário sobre Políticas Públicas e Educação (INEP, 1987).

Em seus aspectos intrínsecos, as atuais políticas *públicas* defendidas pelo Estado, assim como em outros momentos, revestem-se de um caráter de atendimento massificado. Buscam, através do discurso da melhoria da qualidade de vida e do estilo de vida, dias melhores para a população. Ocultam, desse modo,

que as políticas públicas, conforme se apresentam, trazem em sua concepção alguns entraves na sua trajetória, ou seja, resolver o fracasso de suas estratégias e problemas decorrentes de sua implantação, tais como: o agravamento da pobreza e da miséria resultante da crescente desigualdade de padrão de vida entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos; crise ecológica mundial; o desemprego estrutural; desordenado crescimento demográfico; concentração de renda, da riqueza, dos saberes e da terra.

Para que se compatibilize a extraordinária velocidade das inovações tecnológicas com a respectiva viabilização econômica, ou seja, para a devida incorporação dessas inovações ao sistema produtivo, é necessário promover e sustentar elevado o nível de rotatividade de produtos e serviços (flexibilização). Tal compatibilização, no entanto, torna-se impraticável, dado o grau de hierarquização e burocratização das organizações típicas do padrão taylorista-fordista. De forma análoga, essa velocidade de incorporação de inovações, expressa no acirramento da concorrência, choca-se com os estreitos limites do sistema institucional típico do Estado do Bem-estar Social.

Depois da desestruturação, tanto do Estado do Bem-Estar Social dos países ricos quanto do *desenvolvimentismo* no Terceiro Mundo, a trajetória das políticas liberalizantes, demarcadas pelas forças de mercado, tornou-se social e politicamente explosiva pela indiscutível e visível ruptura da coesão social em todos os níveis e regiões.

Não obstante o quadro supra, Sônia Draibe afirma que existiu um Estado do bem-estar social brasileiro. Trata-se de uma espécie de Welfare State Tupiniquim, com características próprias, gestado a partir de uma estrutura autoritária e tecnocrática como a de 1964, apesar dos desvios pela prática do clientelismo e corporativismo, a excessiva centralização e a exclusão da participação social e política da população nos processos de decisão. Nos anos 70 e 80, esse Estado do *bem-estar social* assumiu novas características, a saber: no plano político-institucional, a descentralização político-administrativa; a elevação do grau de participação popular nos processos de decisão e mudanças nos modos de produzir e distribuir os serviços sociais; tendência a garantir a renda mínima.

O desmantelamento das bases político-institucionais vigentes, promovido pela globalização, desesta-

biliza violentamente os suportes institucionais de defesa dos trabalhadores (sindicatos, Previdência Social etc.). O saldo foi a crise de endividamento do Terceiro Mundo que, desde então, não pára de inchar. Dessa necessidade fizeram virtude as instituições internacionais como o Banco Mundial e o FMI, sob a égide da abertura neoliberal ao mercado global. Elas prometem uma nova perspectiva, diametralmente oposta à antiga teoria do desenvolvimento: agora, ao desenvolvimento não cabe mais a substituição de importações e a vasta industrialização interna, mas antes, uma industrialização voltada às exportações.

O mercado começa a dar sinais de intervenção mais forte na política educacional dos países, a exemplo do que está acontecendo na Inglaterra. Lá, a atual reforma do sistema educacional público, que tem por objetivo reduzir o fracasso da escolaridade primária em relação aos padrões internacionais, inclui desde revisões orçamentárias até propostas de alterações curriculares. O cerne da reforma é a diminuição da carga horária de história, geografia, música e *educação física* e ampliação da carga horária das aulas de matemática e inglês. Além destas, serão privilegiadas também a ciência e as informações tecnológicas.

Essas reformas que já estavam em curso desde a era Thatcher/Major, ganharam fôlego no governo Blair, quando foi divulgada a mais recente avaliação do desempenho escolar das crianças de 11 anos. As avaliações do conhecimento de inglês e matemática demonstraram que apenas 54% das crianças sabiam o mínimo exigido nessas disciplinas. Durante o governo de John Major ficou estabelecido que pelo menos 70% dessas crianças atingissem o conhecimento mínimo exigido nessas disciplinas.

No Brasil, a Educação Física tem passado por transformações dentro e fora do ambiente escolar. A mudança do modelo produtivo faz mudar também o conceito de Estado-nação, à medida que são desterritorializadas as fronteiras geográficas, os regimes políticos, as culturas e as civilizações. Outros aspectos observados dizem respeito à internacionalização das diretrizes relativas à desestatização, desregulamentação, privatização, abertura de fronteiras, criação de zonas francas.

A mudança nas características do Estado-Nação tem influenciado o grau de necessidade da Educação Física no sistema escolar, ao mesmo tempo em que é dada ênfase à prática de esportes. A literatura indica que essas transforma-



ções vêm se dando basicamente em duas áreas: mudança do perfil da Educação Física escolar e mudança do perfil do profissional, com inequívocos apelos economicistas.

A Educação Física, que já obteve destaque na década de 30 e início dos anos 40 com o discurso de construção da Nação a partir da regeneração física, moral e eugênica do povo, e posteriormente com o avanço do capitalismo industrial, na recuperação da força de trabalho e adequação dos indivíduos à ordem capitalista (tornando-os fortes e disciplinados), vem se caracterizando como uma disciplina dispensável no atual currículo.

O Banco Mundial, ao recomendar prioridade à educação básica, recomenda também que, dentre as disciplinas que compõem o currículo, destaquem-se as especialmente importantes: linguagem, matemática, ciências e habilidades em comunicação. Educação física, artes e estudos sociais figuram como *ornamentos* curriculares, que podem ser descartados sem qualquer sentido de perda.

Nesse sentido, os profissionais de Educação Física, que examinaram a LBD e os PCNs, indicam retrocessos ao que seja desejável à construção de um projeto educacio-

nal de cidadania plena e para todos. Indicam também que tanto a LDB quanto os PCNs não dão conta de romper com as relações dominantes que têm contribuído com um tipo de formação de professores e alunos alienados do conhecimento, prática institucional, mecanismos de dominação e controle social mais amplos, exercidos pelo poder econômico que os sustenta.<sup>6</sup>

Finalmente, para resgatar a coesão social, torna-se imprescindível reverter os fatores que atuam agravando a exclusão social; assim como não é mais possível adiar a construção de novos e adequados substitutivos ao sistema de proteção social, associados à vigência do Estado do Bem-estar Social. Tudo isso para que seja possível retomar a rota de crescimento econômico sustentado, em nível global; para que a trajetória da incorporação e difusão das inovações tecnológicas seja submetida a novos padrões de distribuição da riqueza e, enfim, para que a globalização, dada sua supremacia, possa se converter em vetor de vigência dos princípios da universalidade dos direitos humanos e da convivência democrática. Precisamos de políticas sociais – políticas salariais, distribuição de terra, saúde, educação – além de melhorar os serviços públicos universais.

Sem isso, desmonta-se o que já existe, sem que se construa nada no lugar.

(...)Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor.

Se a educação sozinha não transforma a sociedade sem ela tampouco a sociedade muda.

Se nossa opção é progressista, se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não temos outro caminho senão viver plenamente a nossa opção. Encarná-la diminuindo assim a distância entre o que dizemos e o que fazemos.

Desrespeitando os fracos, enganando os incautos, ofendendo a vida, explorando os outros, discriminando o índio, o negro, a mulher, não estarei ajudando meus filhos a serem sérios, justos e amorosos da vida e dos outros.

Último texto do educador Paulo Freire.

Obs.: texto não revisado pelo autor.

## Notas

- 1 A descentralização é caracterizada pela participação de instâncias estaduais, municipais e empresas privadas, na gestão de responsabilidades que estão hoje no nível do poder central.
- 2 John Maynard Keynes (1883-1946) notabilizou-se pelo “welfare state” e consagrou, historicamente, a possibilidade de integração intermitente entre capital e trabalho, à medida que propicia alavan-cagem do nível de atividade econômica e repartição dos ganhos de produtividade. O Welfare State segue sendo a mais ambiciosa e bem sucedida construção republicana de solidariedade e proteção social. Ao longo do século 20, o Estado esteve presente de forma decisiva e crescente na definição dos rumos do capitalismo, nos países mais adiantados. No campo econômico, com a rejeição dos automatismos do mercado e a adoção de políticas macroeco-nômicas de tipo keynesiano. No campo social, com a montagem de uma ampla rede de proteção social, o chamado Estado do bem-estar.
- 3 Blair propõe limitar assistência social. *Folha de São Paulo*, p.12, 27/03/98.
- 4 Trata-se da desconstrução de alguns princípios centrais da política social construída pelo Partido Democrata ao longo de mais de

meio século. A fim de eliminar esse risco, a reforma em curso nos Estados Unidos obrigaria a cortar pela metade, até o ano 2002, o número de mães solteiras com direito a continuar a receber os benefícios. A outra metade teria de encontrar empregos ou alguma atividade remunerada. Em troca de economias totais que montariam a US\$ 55 bilhões em seis anos, haveria o perigo, segundo institutos especializados, de condenar ao nível de pobreza 2,6 milhões de pessoas, das quais 1,1 milhão são crianças. A correção das desigualdades acabou criticada e desgastada em razão dos abusos cometidos em sua aplicação. Alguns políticos alegam, sobretudo, que uma ajuda fornecida por período ilimitado e sem condições acaba por induzir à aceitação resignada ou indolente da pobreza e da mediocridade como formas permanentes de sobrevivência. A redução gradual ou a eliminação total da ajuda após certo tempo forçaria, assim, as pessoas a mudarem de comportamento e a aceitarem empregos que lhes parecem menos atraentes do que o minguado dinheiro do governo. Veja-se, por exemplo, o caso das mães solteiras ou abandonadas, com frequência adolescentes. Há quem chegue a dizer que a garantia de ajuda governamental a cada criança estaria encorajando os nascimentos *ilegítimos*, concorrendo para a dis-

solução da família nos guetos negros. Ver a respeito do *Social Security Act*, de 1935, *New Deal* de Franklin Roosevelt e *Great Society* de Lyndon Johnson, (BERKOWITZ, 1991 e TRATTNER, 1979).

- 5 Para o exame dessas questões, examinar COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE (Org.). *Educação física escolar frente à LDB e aos PCNs*: profissionais analisam renovações, modismos e interesses. Ijuí: Sedigraf, 1997. Para maiores esclarecimentos sobre o assunto, ver também: BRACHT, Valter. *Educação Física/ciências do esporte: que ciência é essa?* *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 14 (3):111-118, 1993. CARMO, Apolônio A. e ARAGÃO, Rosália M. R. Aspectos críticos de uma formação acrítica. *Cadernos CEDES*, nº 8, São Paulo: Cortez Editora, 1987, p. 32-7. ESCOBAR, Micheli Ortega. *Cultura corporal na escola: tarefas da Educação Física. Motrivivência*, ano 7, nº 8, p.91-102, 1995. HILDEBRANT, Reiner & OLIVEIRA, Amauri A. Bássoli. A necessidade de uma mudança metodológica no ensino da Educação Física. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte* 16(1):6-13, 1994. KUNZ, Elenor. Ciência e interdisciplinaridade. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 17(2):138-142, jan/96. TAFFAREL, Celi N. Z. A formação do profissional da

Educação Física: o processo de trabalho pedagógico e o trato com o conhecimento no curso de Educação Física. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 15(2):210, 1994. TAFFAREL, Celi Nelza Zülke. Análise dos currículos de Educação Física no Brasil: contribuições ao debate. *Revista da Educação Física, UEM*, 3(1):48-56, 1992. COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do ensino de Educação Física*. São Paulo: Cortez, 1992. FENSTERSEIFER, Haimo H. As teses equivocadas na formação do profissional de Educação Física e Desportos. In: *Congresso Brasileiro De Ciências Do Esporte*, 5., 19 Recife. (mimeo). MEDINA, João Paulo Subirá. *A Educação Física cuida do corpo...e "mente"*. Campinas: Papyrus, 1983. MELLO, Rosângela Aparecida de; BRACHT, Valter. Educação Física: revisão crítica e perspectiva. *Revista de Educação Física, UEM*, 3(1): 3-11, 1992. FENSTERSEIFER, Haimo H. Avaliação de eficácia nos processos de formação de professores de Educação Física. *ARTUS: Revista de Educação Física e Desportos*, Rio de Janeiro, nº 9/11, p. 89-94, 1981.

## Referências bibliográficas

- ARGÜELO, Katie S. Dilemas do Welfare State e ordem periférica. *Álter Ágora*. Revista do Curso de Direito da UFSC, ano 1, nº 2, novembro /1994, p. 40-45.
- AVIS, James. Social difference and antagonis within the 16-19 core curriculum. *British Journal of Sociology of Education*, vol. 13, nº 3, 1992, p. 361-373.
- BERKOWITZ, Edward D. *America's welfare state from Roosevelt to Reagan*. Jonhs Hopkins University Press, 1991.
- BRASIL. INEP. *Políticas públicas e educação*. Brasília: INEP, 1987, p. 97-101.
- BROWNN, Phillip. Education, the free market and post-communist reconstruction. *British Journal of Sociology of Education*, v. 13, nº 4, 1992, p. 465-474.
- COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE (Org.). *Educação física escolar frente à LDB e aos PCNs: profissionais analisam renovações, modismos e interesses*. Ijuí: Sedigraf, 1997.
- DRAIBE, Sônia. Brasil: o sistema de proteção social e suas transformações recentes. Subprojeto: Reforma dos programas sociais. Projeto: *Reformas políticas para aumentar a efetividade do Estado na América Latina*. 1992.

FOLHA DE SÃO PAULO, p.12, 27/03/98.

GHAILL, Martin Mac Na. Teachers' work: curriculum restructuring, culture, power and comprehensive schooling. *British Journal of Sociology of Education*, vol. 13, nº 2, 1992, p. 177-199.

MARTIN, Hans Peter e SHUMANN, Harald. *A armadilha da globalização*. 2. ed., São Paulo: Globo, 1996.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Relatório 1995.

REID, Ivan. War, skirmish or feint? Education against poverty 1960 to 1980. *British Journal of Sociology of Education*, v. 13, nº 3, 1992, p. 285-305.

TRATTNER, Walter I. *From poor law to welfare state: a history of social welfare state in America*. 2. ed. The Free Press, New York, 1979.

